

4. Globalização, pobreza e género

Retomo agora, o trinómio que é o fio condutor desta reflexão: o da relação entre globalização, pobreza e género.

Recordo que no Pacto do Milénio de eliminação da pobreza humana, ficou formalmente consignado como objectivo o seguinte: *Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres*” (Objectivo 3). Também os objectivos 2 (*Alcançar o ensino primário universal*) e 5 (*Melhorar a saúde materna*) explicitam preocupações com a maior igualdade de género. Entende-se, assim, que a promoção da igualdade de género é factor que concorre para a eliminação da pobreza no Mundo.

Ainda num Relatório recente da UNICEF sobre a situação da infância no Mundo se escrevia: *“A igualdade de género não tirará da pobreza apenas as mulheres, mas também as suas crianças, as suas famílias e os seus países. Sob esse ponto de vista, a igualdade de género não é apenas uma atitude moralmente correcta – é crucial para o progresso humano e para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a igualdade de género rende um duplo dividendo: beneficia a mulher e a criança”*.

A primeira e mais óbvia razão que sustenta esta afirmação reside no facto de que as mulheres constituem mais de metade da população mundial e vivem mais tempo. São, pois, simultaneamente, o maior potencial de recursos humanos, como também a parcela mais elevada de destinatários do desenvolvimento humano.

Acresce que as mulheres, por razões biológicas e culturais, são as primeiras responsáveis pela gestação saudável e pela educação das novas gerações.

Cabendo-lhes, na maioria das civilizações e culturas, papel primordial na economia doméstica, sobre as mulheres pesam os ónus, mas também as realizações, em matéria de bem-estar das famílias e do desenvolvimento humano das comunidades de proximidade.

Neste quadro de análise, a globalização tem as suas luzes e sombras.

Por um lado, a globalização, na medida em que tem tido efeitos muito negativos em matéria de desestruturação de algumas economias locais, designadamente no que diz respeito a desemprego, precariedade de trabalho, redução de salários reais em alguns sectores e profissões, agravamento de desigualdades entre ricos e pobres, etc., tem acarretado para as mulheres custos agravados. São elas as primeiras a conhecer o

desemprego, a inviabilidade da agricultura de subsistência, a redução dos salários e a precariedade no emprego, a par de maior intensidade do esforço laboral e alongamento dos horários de trabalho. São elas também as primeiras vítimas das redes de traficantes de seres humanos, que operam à escala mundial com a maior impunidade. São elas também as grandes vítimas das doenças sexualmente transmissíveis propagadas por grandes fluxos de população deslocada.

A globalização traz, porém, um horizonte de potencialidades favoráveis às mulheres. A facilidade de comunicação, que é inerente a este mundo globalizado, tem permitido a milhões de mulheres terem conhecimento de diferentes formas de viver e de perceber os seus direitos e bem assim tem aberto canais de comunicação e redes de interacção em favor da afirmação dos direitos das mulheres.

Por outro lado, a globalização permitiu a disponibilização de uma multiplicidade de bens de consumo que muito concorrem para a facilitação da vida doméstica, permitindo maior qualidade e eficiência nas actividades domésticas e, por conseguinte, possibilitando às mulheres mais tempo livre.

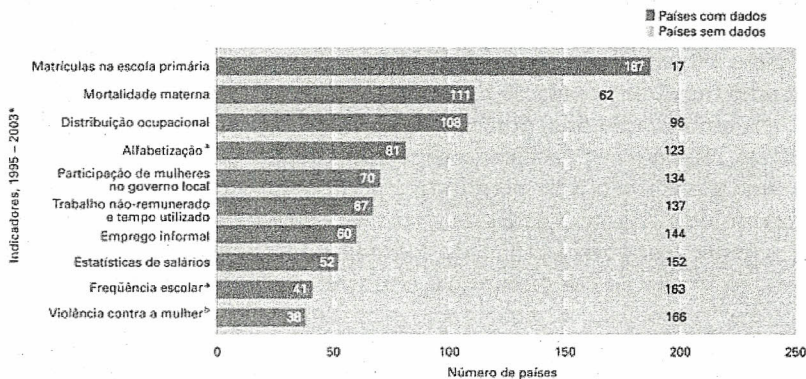
A grande revolução está, porém, para chegar com a economia baseada no conhecimento. É que, em muitos países, as mulheres jovens conheceram nos últimos anos um maior acesso e melhor desempenho na educação secundária e superior. Estão, pois, melhor preparadas para concorrer no mercado global nesta nova era do modelo produtivo da economia baseada no conhecimento que está a despontar.

Por ganhar está uma batalha importante, mesmo nos países economicamente mais desenvolvidos. Estou a pensar na igualdade de oportunidades de participação das mulheres na governação e na esfera pública, em geral. Os dados disponíveis falam por si. É relativamente escasso e sem atingir massa crítica para fazer a diferença o número de mulheres parlamentares ou que ocupam cargos de decisão política e são fortíssimos os preconceitos que obstam a que a situação se altere. Mas também nesse tabuleiro do xadrez político podem ocorrer alterações significativas, a curto prazo. Basta pensar no papel relevante que as redes e os movimentos sociais estão tendo em vários domínios, desde as lutas por grandes causas políticas às acções pontuais e de alcance imediato. As mulheres parecem estar particularmente bem representadas nesta esfera de um novo poder político emergente.

Para concluir – se conclusão pode existir em problemática tão vasta e complexa – o que podemos afirmar é que se trata de tema que deve ser acompanhado de perto com grande investimento em conhecimento e acção. É que estão em causa valores fundamentais como a justiça e a equidade, mas também a própria qualidade do desenvolvimento humano e sustentável e a viabilidade de uma co-existência pacífica entre os humanos que habitam o nosso vasto mundo globalizado.

Gráfico A – Países que não possuem dados desagregados por sexos relativamente a um conjunto de variáveis

Em muitos países, dados desagregados por sexo não estão disponíveis para indicadores básicos



* Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado

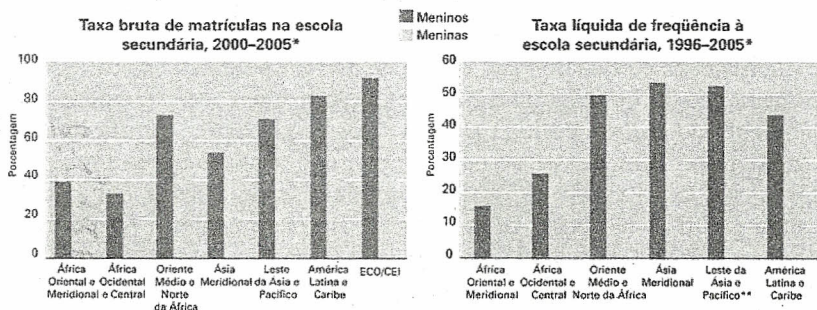
Nota: 'Países com dados' inclui apenas os países para os quais há dados baseados em recenseamentos, levantamentos ou outras fontes; não inclui países cujos dados são extraídos de estimativas modeladas; inclui apenas dados de recenseamentos; inclui apenas dados de levantamentos nacionais.

Em outros 30 países, os levantamentos cobrem apenas parte do país.

Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Sociais e Económicos. *The World's Women 2005: Progress in Statistics*, Nações Unidas, Nova Iorque, 2006.

Gráfico B – Taxa bruta e líquida de rapazes e raparigas com matrícula e frequência da educação secundária

Em muitas regiões em desenvolvimento, meninas têm maior probabilidade de não frequentar a educação secundária do que meninos



Notas: A taxa bruta de matrículas na educação secundária refere-se ao número de crianças matriculadas na escola secundária, independentemente de idade, expresso como percentagem do número total de crianças na idade oficial para a educação secundária. A taxa líquida de frequência à escola secundária refere-se ao número de crianças que frequentam a escola secundária, com a idade oficial para a educação secundária, expresso como percentagem do número total de crianças nessa idade. Esses dados são extraídos de levantamentos domiciliares nacionais.

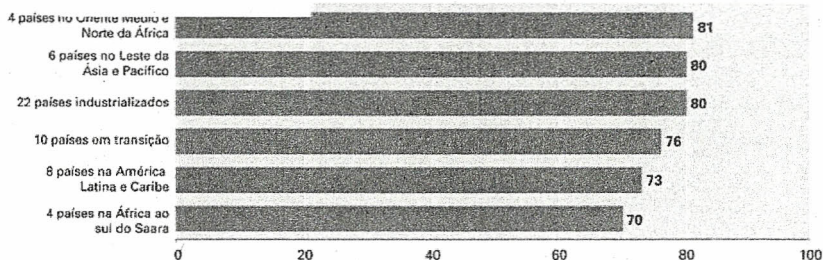
* Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado.

** Exclui China.

Fontes: Taxa bruta de matrículas na educação secundária; Instituto da Unesco para Estatísticas. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas deste relatório, página 98. Taxa líquida de frequência à escola secundária; Pesquisas de Demografia e Saúde e Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas deste relatório.

Gráfico C – Os salários nominais das mulheres são significativamente mais baixos do que os dos homens

Os salários nominais das mulheres são significativamente mais baixos do que os dos homens*



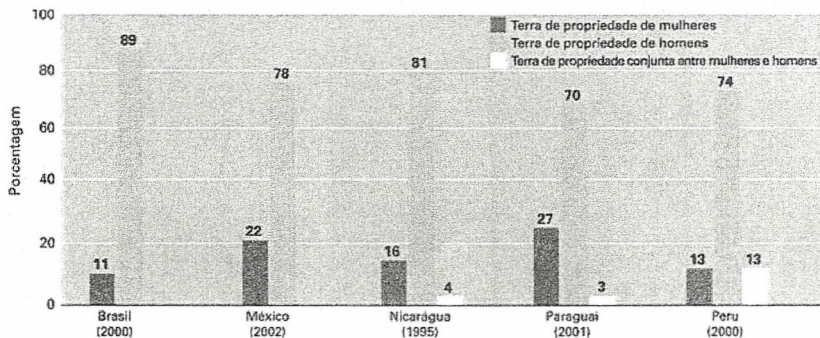
* Os cálculos do UNICEF para Países em desenvolvimento incluem países e territórios nos agregados regionais a seguir: *Oriente Médio e Norte da África*: Brein, Egipto, Jordânia, Territórios Palestinos; *Leste da Ásia e Pacífico*: Singapura, Coreia do Sul, Filipinas, Malásia, Mianma, Tailândia; *Países em transição*: Bulgária, Cazaquistão, Croácia, Geórgia, Letónia, Lituânia, República Checa, Roménia, Turquia, Ucrânia; *América Latina e Caribe*: Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru; *África ao sul do Saara*: Botsuana, Eritreia, Quênia, Suazilândia.

Países industrializados: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Japão, Luxemburgo, Malta, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça.

Fonte: Organização Internacional do Trabalho, banco de dados de LABORSTA, <http://laborsta.ilo.org>, acessado em Março de 2006.

Gráfico D – Diferenças de género em relação à propriedade da terra na América latina

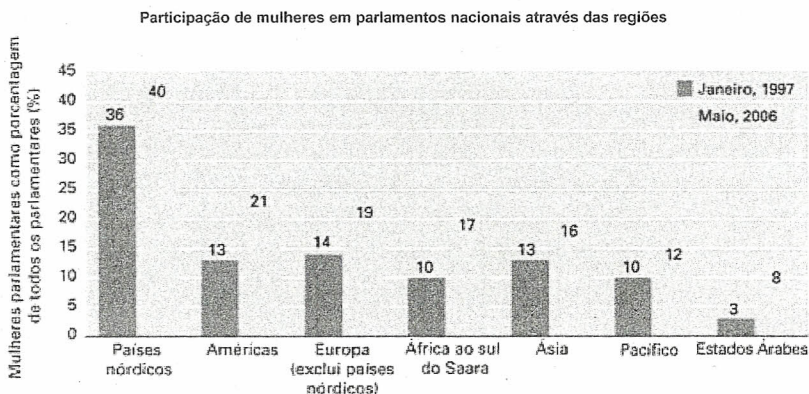
Diferenças significativas entre homens e mulheres em relação à propriedade da terra na América Latina



Nota: Não havia dados disponíveis para Brasil e México sobre terras de propriedade conjunta entre mulheres e homens. Os totais podem não somar 100% devido a arredondamentos.

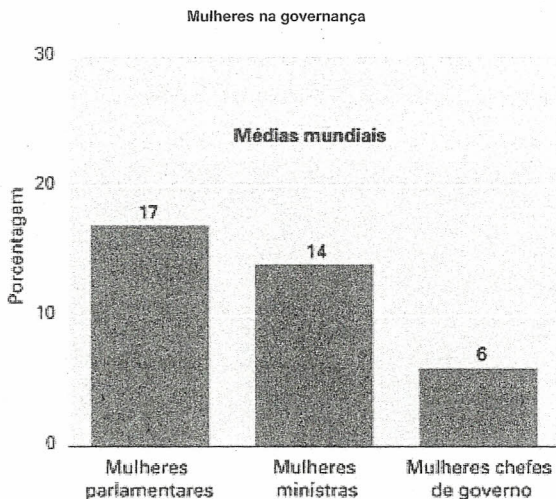
Fonte: Grown, Caren, Geeta Rao Gupta e Aslihan Kes, *Taking Action: Achieving gender equality and empowering women*, Força-tarefa do Projecto das Nações Unidas para o Milénio sobre Educação e Igualdade de Género, Earthscan, Londres/Virginia, 2005, p. 78.

Gráfico E – Participação de mulheres em parlamentos nacionais por regiões



Fonte: Os dados sobre 'Mulheres em Parlamentos Nacionais' são extraídos do banco de dados de União Inter-Parlamentar, <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm.a>, acessado em Junho de 2006.

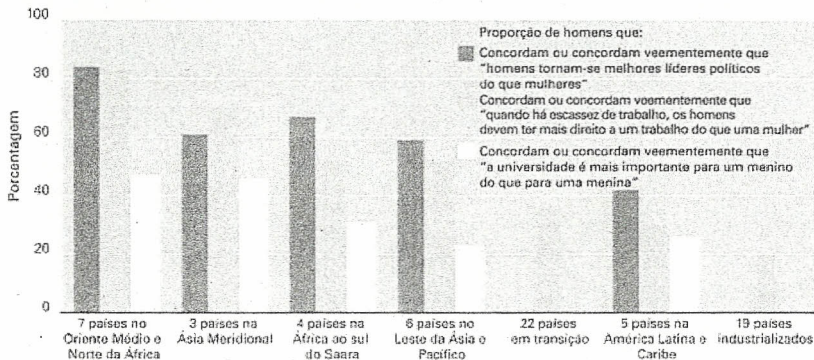
Gráfico F – Participação das mulheres nos órgãos políticos (médias mundiais)



Fonte: Os dados sobre mulheres parlamentares e mulheres ministras são extraídos do banco de dados de União Inter-Parlamentar sobre 'Women in National Parliaments', <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>, acessado em Junho de 2006. Os dados sobre mulheres chefes de governo são extraídos de *sites* oficiais dos governos nacionais.

Gráfico G – Preconceitos discriminatórios contra as mulheres

Atitudes discriminatórias dos homens em relação às mulheres variam entre as regiões, mas são significativas em todos os lugares



Os cálculos do UNICEF baseiam-se em dados da Pesquisa Mundial sobre Valores, Etapa 4 (1999-2004). Os dados para cada país e território nos agregados regionais referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado. Os seguintes países e territórios estão incluídos nos agregados regionais citados: **Oriente Médio e Norte da África:** Arábia Saudita, Argélia, Egito, Irão, Iraque, Jordânia, Marrocos. **América Latina e Caribe:** Argentina, Chile, México, Peru, Venezuela. **Ásia Meridional:** Bangladesh, Índia, Paquistão. **Leste da Ásia e Pacífico:** China, Singapura, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Vietname. **África ao Sul do Saara:** África do Sul, Nigéria, Tanzânia, Uganda. **Países em transição:** Albânia, Bielo-Rússia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estónia, Federação Russa, Hungria, Letónia, Lituânia, Macedónia, Moldova, Montenegro, Polónia, Quirguistão, República Checa, Roménia, Sérvia, Turquia, Ucrânia. **Países industrializados:** Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Malta, Portugal, Reino Unido, Suécia. Ver notas sobre metodologia em Referências.

Fonte: World Values Survey, www.worldvaluessurvey.org, acessado em Junho de 2006.

GÉNERO, DIVERSIDADE E CIDADANIA / COORD. FERNANDA HENRIQUES

AUTOR(ES): Henriques, Fernanda, 1946-, ed. lit.

EDIÇÃO: [1a ed.]

PUBLICAÇÃO: Lisboa : Colibri, 2007

DESCR. FÍSICA: 168, [3] p. : il. ; 23 cm

COLECÇÃO: Biblioteca estudos & colóquios ; 16

BIBLIOGRAFIA: Bibliografia, p. 166-168

ISBN: 978-972-772-762-9